CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – UNIGOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO PRESENCIAL – PROEP
SUPERVISÃO DA ÁREA DE PESQUISA CIENTÍFICA - SAPC
CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS - ESTUDO DE CASO EM DUAS PRAÇAS NO INTERIOR DE GOIÁS

JESSICA DA SILVA COSTA
LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA
ORIENTADOR: PROF.° ME CIDICLEY SANTANA

GOIÂNIA

DEZEMBRO/2025

JÉSSICA DA SILVA COSTA
LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS - ESTUDO DE CASO EM DUAS PRAÇAS NO INTERIOR DE GOIÁS

Trabalho final de curso apresentado e julgado como requisito para obtenção do grau bacharelado no curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS na data de __ de dezembro de 2025.

_____
Prof. Me. Cidicley Santana (Orientador)
Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS

_____
Prof. Me. Luciana Valéria Braga dos Santos Carvalho (Examinador)
Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS

_____
Prof. Me. Marcos Vinicius Alexandre da Silva (Examinador)
Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS

Dedicamos este trabalho a todos que fizeram parte da nossa trajetória acadêmica: às nossas famílias pelo apoio constante e aos professores e colegas pelos ensinamentos e incentivo.
E dedicamos, especialmente, a nós mesmas — Jéssica e Laura — por cada desafio superado e pela determinação que nos trouxe até aqui. Este trabalho é a prova da nossa força e capacidade.

AGRADECIMENTO

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos conceder sabedoria, proteção e força em cada etapa desta jornada. Sua presença foi essencial para que não desistíssemos diante dos desafios.
Agradecemos às nossas famílias, pelo amor incondicional, pelas palavras de encorajamento e por acreditarem em nosso potencial mesmo quando duvidamos de nós mesmas.
Aos professores, pela dedicação e pelos conhecimentos compartilhados, que contribuíram para nossa formação acadêmica e pessoal.
E a todos que, de alguma forma, estenderam a mão, ofereceram apoio ou incentivaram nosso crescimento, deixamos aqui nossa sincera gratidão.

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS - ESTUDO DE CASO EM DUAS PRAÇAS NO INTERIOR DE GOIÁS

JÉSSICA DA SILVA COSTA
LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA
ORIENTADOR: PROF.° ME CIDICLEY SANTANA

Resumo: Este trabalho tem como objetivo verificar e comparar os requisitos de acessibilidade em duas praças do interior de Goiás, analisando os elementos acessíveis existentes e identificando as ausências que comprometem a acessibilidade plena. A metodologia envolveu medições in loco, entrevistas abertas com usuários e comparação dos resultados com a legislação vigente. Os resultados indicam que ambas as praças apresentam não conformidades significativas com as normas e leis de acessibilidade, destacando a necessidade de adequações para garantir espaços públicos seguros, confortáveis e inclusivos, além de orientar a proposição de soluções para futuras melhorias.
Palavras-chave: Acessibilidade, inclusão, mobilidade, praças urbanas e adequação.

ACCESSIBILITY IN PUBLIC SPACES - A CASE STUDY IN TWO SQUARES IN THE INTERIOR OF GOIÁS

Abstract: This study aims to verify and compare the accessibility requirements of two public squares in the interior of Goiás, analyzing existing accessible elements and identifying deficiencies that compromise full accessibility. The methodology involved on-site measurements, open interviews with users, and comparison of the results with current legislation. The results indicate that both squares present significant non-conformities with accessibility standards and laws, highlighting the need for adjustments to ensure safe, comfortable, and inclusive public spaces, as well as guiding the proposal of solutions for future improvements.
Keywords: Accessibility, inclusion, mobility, urban squares, and adaptation.

[1]Discente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Lattes:. E-mail:lauracristinasilvanogueira@gmail.com e jessicapnn12@gmail.com
[2]Professor Assistente Cidicley Santana do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GOIÁS. Lattes: . E-mail: eng.civ.santana@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade, de forma geral, significa inclusão e igualdade de direitos no convívio social diário para pessoas que apresentam algum tipo de limitação. O termo refere-se à "[…] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos" (ABNT, 2020, p. 16). Em diversos países, legislações e normas garantem que praças, parques e áreas de convivência sejam acessíveis a todos, independentemente de limitações motoras, sensoriais ou cognitivas — um desafio constante para o planejamento urbano.

No Brasil, a Lei nº 13.146/2015 e a Norma Técnica NBR 9050/2020 estabelecem diretrizes para que os espaços públicos sejam projetados e adaptados às necessidades da população. Contudo, muitos locais ainda apresentam barreiras arquitetônicas que dificultam, e por vezes impedem, o acesso de pessoas com deficiência (PCDs) ou mobilidade reduzida. Essas limitações evidenciam a necessidade de políticas públicas eficazes e de uma postura ativa dos gestores municipais, bem como de uma fiscalização contínua que assegure o cumprimento das normas vigentes.

Além dos aspectos legais, é importante considerar o impacto social da acessibilidade. Espaços públicos adequados favorecem a socialização, a autonomia e a participação cidadã, ampliando oportunidades de convivência e lazer. A falta de acessibilidade, por outro lado, reforça desigualdades e compromete a qualidade de vida de pessoas idosas, crianças e indivíduos com mobilidade reduzida, impedindo o uso pleno dos ambientes urbanos. Dessa forma, compreender as condições reais dos espaços públicos torna-se fundamental para garantir ambientes mais democráticos e compatíveis com as necessidades da comunidade.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade em duas praças localizadas no interior do Estado de Goiás. A relevância do estudo consiste em contribuir para que os ambientes urbanos se tornem mais acessíveis, funcionais e alinhados a princípios de inclusão, incentivando futuras melhorias e fortalecendo a importância do planejamento urbano inclusivo.

A pesquisa contempla a avaliação da Praça da Matriz, no município de Abadia de Goiás, e da Praça Otávio Pires, na cidade de Edéia, ambas na região metropolitana de Goiânia. Caso sejam identificadas inadequações, serão propostas recomendações que promovam maior acessibilidade e inclusão. Para isso, realiza-se um estudo de caso in loco, com base nos parâmetros da norma técnica vigente.

2. METODOLOGIA

Este estudo de caso adota uma abordagem metodológica mista, priorizando a coleta de dados quantitativos por meio de medições in loco dos elementos de acessibilidade presentes nas praças — como rampas, pisos táteis, mobiliário urbano, sinalização e vagas de estacionamento. O objetivo dessa etapa foi verificar a conformidade desses itens com os parâmetros estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na NBR 9050/2020.

Em seguida, foram realizadas entrevistas abertas com usuários dos espaços, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pedestres e demais frequentadores. Essa etapa qualitativa permitiu captar percepções, experiências e desafios relacionados à acessibilidade, ampliando a compreensão do impacto social e funcional das condições observadas.

Posteriormente, efetuou-se a comparação entre as duas praças analisadas — Praça da Matriz, em Abadia de Goiás, e Praça Otávio Pires, em Edéia — com o objetivo de identificar aspectos que atendem ou não às exigências legais e normativas. A partir dessa análise, foram desenvolvidas recomendações práticas de engenharia civil voltadas à adaptação e melhoria da acessibilidade nos espaços públicos, promovendo inclusão e igualdade de acesso.

Por fim, as imagens apresentadas a seguir ilustram as praças estudadas, evidenciando as condições reais observadas durante o levantamento.

Figuras 1, 2 e 3: Praça Otávio Pires de Edéia

Fonte: Autor (2025).

Figuras 4, 5 e 6: Praça da Matriz de Abadia de Goiás

Fonte: Autor (2025).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Introdução à Acessibilidade em Espaços Públicos

De acordo com Cícero e Lemos (2022) e Queiroga (2001), as praças no Brasil surgiram durante o período colonial e estavam fortemente ligadas à Igreja Católica. Elas permitiam o contato (interpessoal) e as manifestações sociais e cívicas que podem ocorrer entre as pessoas. Assim, essas praças constroem identidade urbana, o que o lazer em espaços privados não poderia fazer. Ou seja, a praça pública está aberta para todos, tendo uma diferença significativa para espaços privados. Silva et al. (2022) afirmam que espaços abertos e praças são indispensáveis para o bem-estar social da cidade e representam uma peça importante na qualidade de vida da população. Muitos pesquisadores estudaram o desafio do movimento de pessoas com deficiência em lugares públicos, incluindo desafios e literatura relacionados a garantir sua mobilidade segura e autônoma.

Alguns espaços são mais agradáveis que outros, e praças que permitem a interação comunitária e funcionam como centros de negócios ajudam a promover a redução do calor (Whiston Spirn, 2007).

3.2 Equipamentos Urbanos e Acessibilidade

A compreensão de uma cidade acessível a pessoas com deficiência baseia-se essencialmente no que se pode chamar de mobiliário urbano ou equipamento urbano. O espaço

urbano precisa ser construído sobre os princípios de "Design Universal" e "Design para Todos" e deve ser acessível, para que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, possam utilizarde forma autônoma e com segurança os espaços públicos (Queiroz, 2023).

Nesse contexto, Santos et al. (2013) afirmam que o Design Universal pretende ser inclusivo e não discriminatório, útil para toda uma população e não para uma minoria, como é frequentemente incorretamente retratado. O Design Universal é descrito como o projeto de produtos e ambientes para serem utilizáveis por todas as pessoas na maior medida possível, sem adaptações especiais ou designs especializados, promovendo independência e inclusão (Souza 2019, *apud*Mace1985).

Por esta razão, Sanches (2024) explica que o Design Universal é a projeção de espaços, equipamentos e objetos que atendem a uma grande diversidade de indivíduos com características físicas diversas, proporcionando-lhes um uso independente, seguro e confortável. Isso permite uma acessibilidade universal em um sentido verdadeiro.

Souza (2019) argumenta que o Design Universal busca projetar ambientes para todos nós e que o Design para Todos torna os espaços acessíveis aos cidadãos, de modo que eles se sintam empoderados para participar da vida pública. Somos formados em acessibilidade a partir da função integrada da infraestrutura urbana planejada com base em conceitos de mobilização humana ótima e condições de segurança para todos os cidadãos; critérios que devem ser atendidos pelas calçadas, rampas, sinalização e mobiliário urbano.

O mobiliário urbano constantemente apresenta problemas ao acesso de pedestres e, por vezes, impedindo seu deslocamento (Guerra, 2024), comprometendo seu direito de ir e vir. Segundo Silva (2021), o Design Universal é uma prática inclusiva que promove a equidade no uso dos espaços urbanos, reforçando o direito à cidade para todos os cidadãos.

Os sete princípios do Desenho Universal, conforme estabelecidos pelo Center for Universal Design e mencionados na NBR 9050/2020, são:

1. Uso equitativo: o ambiente deve ser útil e acessível a pessoas com habilidades diversas, sem necessidade de adaptações ou soluções especializadas.

2. Uso flexível: o projeto deve acomodar uma ampla gama de preferências e habilidades individuais, permitindo que diferentes usuários possam utilizá-lo com eficiência.

3. Uso simples e intuitivo: o design deve ser de fácil compreensão, independentemente da experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou nível de concentração do usuário.

4. Informação perceptível: as informações necessárias para o uso do ambiente ou equipamento devem ser comunicadas de maneira eficaz, utilizando diferentes formas de comunicação (visual, tátil e auditiva) para atender a todas as pessoas.

5. Tolerância ao erro: o projeto deve minimizar riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais, garantindo a segurança dos usuários.

6. Baixo esforço físico: o ambiente ou equipamento deve poder ser utilizado de maneira eficiente e confortável com o mínimo de esforço físico.

7. Dimensão e espaço para aproximação e uso: deve-se garantir espaço adequado para a aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

3.3 Normas e Legislação sobre Acessibilidade

A acessibilidade no Brasil foi conquistada através da evolução das regulamentações e legislações, que, apesar de relativamente recentes e ainda não incorporarem o ideal de espaços inclusivos e acessibilidade social, representaram uma grande vitória do processo de superação dos direitos das pessoas com deficiência. Esse problema foi controlado até certo ponto pela Constituição Federal de 1988, que instituiu os princípios de igualdade e não discriminação (De Jesus, 2023). Isso abrange legislações-chave, como a Lei nº 10.098/2000 — a chamada Lei de Acessibilidade — que estabeleceu princípios para a eliminação de barreiras urbanas, arquitetônicas e de comunicação.

A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garantiu a acessibilidade como um direito fundamental. Nesse contexto, também foram destacadas algumas normas técnicas, como a ABNT NBR 9050, que forneceu critérios para acessibilidade em edifícios e espaços públicos.

A atualização mais recente, da NBR 9050/2020, foi bastante abrangente, pois estabeleceu parâmetros técnicos para a acessibilidade completa. Novas recomendações para sinalização tátil, rampas, mobiliário urbano e tecnologias assistivas — algumas das várias atualizações feitas ao padrão original — também ajudarão a tornar a nova norma mais eficaz na busca pela inclusão.

A tabela a seguir informa as especificações técnicas exigidas pela norma para cada elemento de acessibilidade.

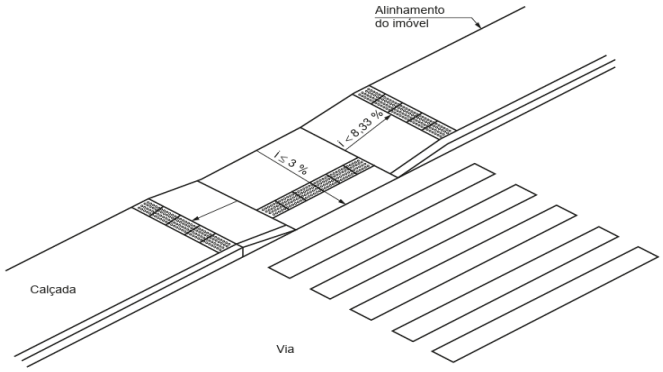
Tabela 1 – Parâmetros técnicos de acessibilidade conforme a NBR 9050 (ABNT, 2020).

Elemento	**Especificação Técnica**
Largura mínima de calçadas	1,20 m (recomendado 1,50 m para circulação confortável)
Faixa livre de circulação	0,90 m sem obstáculos
Inclinação máxima de rampas	8,33% (1:12) para desníveis de até 0,80 m
Largura mínima de rampas	1,20 m
Piso tátil direcional	25 cm de largura mínima e cor contrastante com o piso adjacente
Piso tátil de alerta	40 cm de largura mínima
Altura de corrimãos	Entre 0,92 m e 0,70 m (corrimão duplo recomendado)
Altura de sinalização em braile	Entre 0,90 m e 1,10 m do piso
Altura de bancos e assentos	Entre 0,45 m e 0,50 m do chão
Área de giro para cadeirantes	Mínimo de 1,50 m de diâmetro

Fonte: Autor (2025).

As figuras 7 e 8 apresentam os detalhes de um rebaixamento de calçada seguindo as normativas, sendo a primeira conforme solicita a norma, e na segunda já implementado em uma praça da cidade de Macapá.

Figura 7: Rebaixamento de Calçadas estreitas.



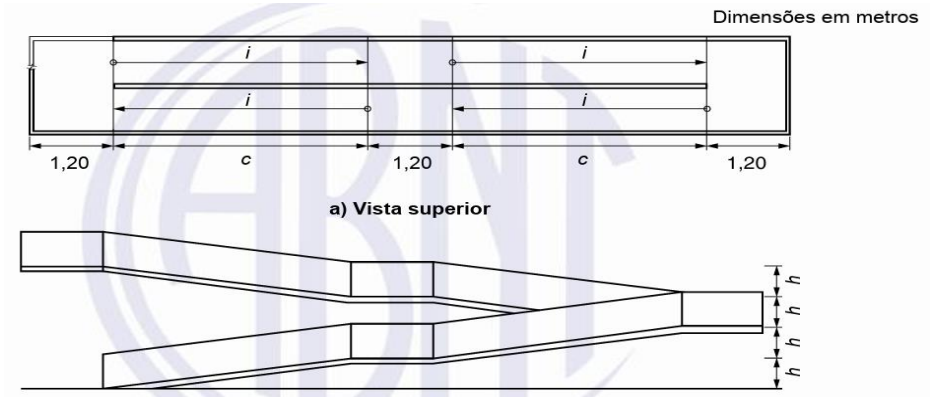
Fonte: NBR 9050 (2020).

Figura 8: Acessibilidade na Praça Floriano Peixoto em Macapá.

Fonte: Prefeitura de Macapá (2023).

A NBR 9050/2020 também estabelece critérios para a formatação das rampas de acesso, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9: Dimensionamento da rampa de acesso.

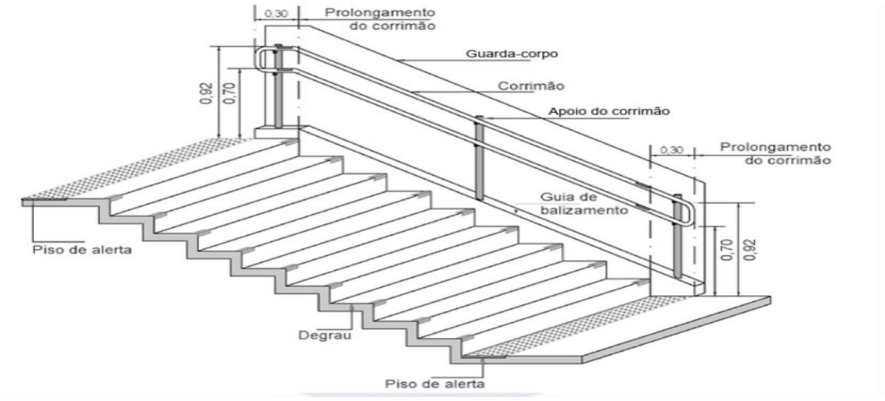


Fonte: NBR 9050 (2020).

Onde: *i* é a inclinação, expressa em porcentagem (%); h é a altura do desnível; e c é o comprimento da projeção horizontal.

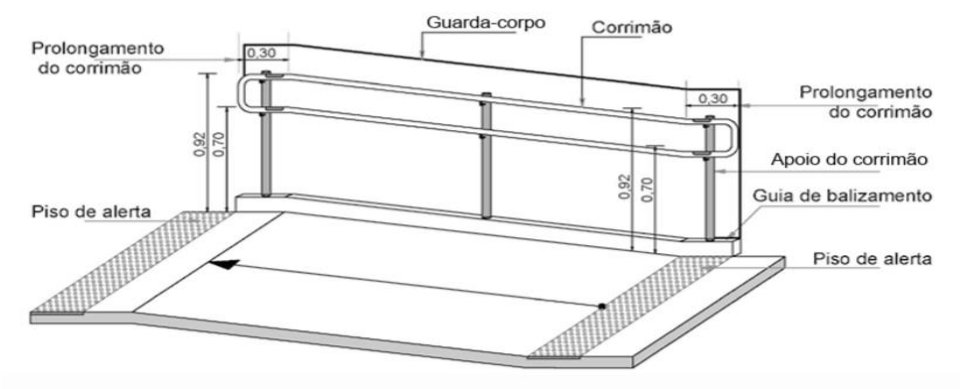
A NBR 9050/2020 por sua vez apresenta diretrizes para a instalação de corrimãos em escadas e rampas, conforme ilustrado nas Figuras 10 e 11 a seguir.

Figura 10: Corrimão em escadas.



Fonte: NBR 9050 (2020).

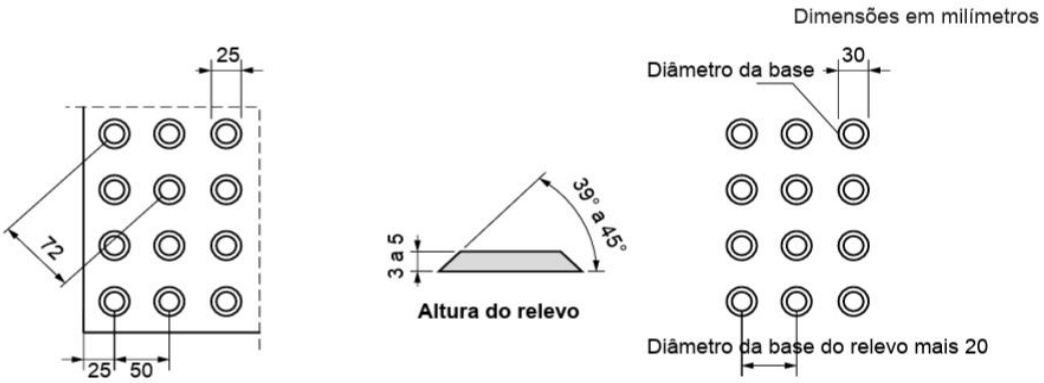
Figura 11: Corrimão em rampas.



Fonte: NBR 9050 (2020).

A NBR 9050/2020 indica que o passeio deve conter piso tátil, conforme ilustrado na figura 12 a seguir.

Figura 12: Dimensões da sinalização tátil.



Fonte: NBR 9050 (2020).

As figuras 13, 14 e 15 ilustram as placas de sinalização exigidas pela NBR 9050/2020.

Figura 13: Símbolo destinado a sinalizar os locais acessíveis a cadeirantes.

Fonte: NBR 9050 (2020).

Figura 14: Símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

Fonte: NBR 9050 (2020).

Figura 15: Símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva.

Fonte: NBR 9050 (2020).

Por sua vez, a NBR 16071/2012 enfatiza a necessidade de acessibilidade em parquinhos, orientando a disponibilidade de equipamentos de parque adaptados para crianças com deficiência, permitindo, assim, sua participação em atividades de lazer. A adesão a esta norma ajuda a transformar espaços públicos em ambientes de interação social, permitindo à sociedade, incluindo crianças com deficiência, participar da vida urbana o máximo possível. A aplicação deste princípio é retratada abaixo, nas Figuras 16 e 17, em um parque instalado no Lago Municipal da cidade de Morrinhos, no interior de Goiás.

Figuras 16 e 17: Acessibilidade no parque do Lago Municipal Recanto das Araras.

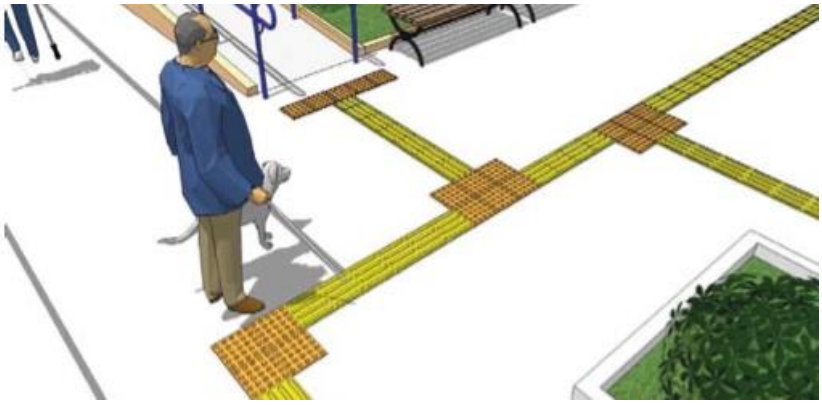
Fonte: Prefeitura de Morrinhos (2022).

3.4 Aspectos Urbanísticos e Arquitetônicos da Acessibilidade em Praças: Estudos de Caso e Exemplos Práticos.

Segundo Rueda (2013), criador do projeto ‘’supermanzanas’’ (ou superquadras), os cidadãos deixam de ser vistos apenas como pedestres e passam a ser reconhecidos como protagonistas das cidades, ocupando o espaço público de forma ilimitada.

Sánchez et al. (2022) destacam que a acessibilidade em praças públicas deve abranger tanto a circulação quanto o uso de equipamentos, como bancos, mesas, playgrounds e áreas de descanso. Medidas como pisos táteis, rampas de acesso, sinalização em braile e espaços sombreados contribuem para tornar esses ambientes mais acessíveis e inclusivos.

Figura 18: Exemplo de composição de sinalização tátil de alerta e direcional em rota acessível.



Fonte: SMPDS (2012) apud DA ROCHA; BORBA; LOBO (2021).

Um dos principais problemas é que praças e parques públicos muitas vezes não são acessíveis a cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida, afetando sua qualidade de vida e inclusão social. Diversas pesquisas abordam as dificuldades de acesso a esses locais apontando também formas de enfrentar a situação.

Lima et al. (2022), um estudo de avaliação localizado na Praça Margem do Rio Salgado, Lavras da Mangabeira, Ceará. Apesar da praça ter sido inaugurada após a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ainda apresentou barreiras significativas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, constatou o estudo. Embora várias características como rampas e sinalizações na praça tenham sido incluídas, de acordo com a análise pós-ocupação, a infraestrutura era inadequada para permitir a apropriação espacial de todos os cidadãos.

Santos et al. (2021) conduziram uma avaliação de acessibilidade espacial no Parque João Goulart, Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a pesquisa, que se concentrou em deficiências físicas e visuais e nos idosos no espaço de interesse, realizou uma inspeção técnica guiada pelas recomendações definidas na NBR 9050. Os resultados mostraram várias limitações arquitetônicas e de comunicação no parque, o que tornava complexa a transitabilidade dos usuários com deficiência, e, apesar de conseguirem entrar em diferentes locais do parque, continuavam a perder sua orientação. Embora seu estudo tenha identificado necessidades de mudanças estruturais e informacionais, não forneceu o modelo completo para a integração desses usuários no ambiente digital.

Silva et al. (2019) avaliaram o acesso para pessoas com deficiência física nas praças centrais de Ijuí, Rio Grande do Sul. Espaços projetados adequadamente também foram relevantes para a categoria de necessidades especiais, onde os usuários enfrentaram desafios com rampas mal construídas, meios-fios inadequadamente rebaixados e falta de banheiros

públicos, observou o estudo. As descobertas reiteraram a necessidade de controladores urbanos que sejam acessíveis e irrefutáveis, dando vida ao direito de cada cidadão urbano ao movimento livre e desimpedido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta o diagnóstico das condições de acessibilidade na Praça da Matriz, em Abadia de Goiás, e na Praça Otávio Pires de Edéia, com base nas pesquisas de campo que incluíram medições, observações e registro fotográfico de calçadas, rampas, pisos táteis e mobiliários urbano. A análise seguiu os parâmetros da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da NBR 9050/2020, complementada por entrevistas realizadas com frequentadores do local, buscando compreender o uso e a percepção dos espaços, bem como identificar lacunas e oportunidades para melhorias na acessibilidade.

4.1 Comparativo e Avaliação de Itens de Acessibilidade conforme NBR 9050/2020

As tabelas a seguir apresentam os elementos de acessibilidade analisados nas praças, indicando a presença ou ausência de cada item e avaliando sua conformidade em relação às normas vigentes. A partir dessa análise, é possível identificar lacunas e propor melhorias que garantam a adequação das praças às exigências de acessibilidade.

Tabela 2 – Tabela comparativa de itens de acessibilidade conforme a NBR 9050 (ABNT, 2020).

Item de Acessibilidade	**Praça da Matriz (Abadia de Goiás)**	**Praça Otávio Pires (Edéia)**
Caminhos e Trilhas	Sim	Sim
Rampas de Acesso	Sim	Sim
Bancos e Assentos Adaptados	Sim	Sim
Áreas de Convivência	Sim	Sim
Sinalização Tátil e Visual	Sim	Não
Área de Playground Adaptada	Não	Sim
Estacionamento PCD	Sim	Não
Piso Tátil	Não	Sim

Banheiros	Sim	Sim
Bebedouros Acessíveis	Sim	Não
Iluminação Adequada	Sim	Sim
Áreas de Descanso	Sim	Não
Segurança e Visibilidade	Sim	Sim

Fonte: Autor (2025).

Tabela 3 – Avaliação de itens de acessibilidadeconforme a NBR 9050 (ABNT, 2020).

Item de Acessibilidade / Dimensões	**Praça da Matriz (Abadia de Goiás)**	**Praça Otávio Pires (Edéia)**
Caminhos e Trilhas – Largura mínima: 1,20 m. Piso regular, firme e antiderrapante.	A calçada possui 2,30 m de largura.	A calçada possui 2,00m de largura.
Rampas de Acesso – Inclinação máxima: 8,33%. Largura mínima: 1,20 m. Corrimãos duplos.	As rampas possuem inclinação média de 19%, não atendem à largura mínima e não possuem corrimãos.	As rampas de acesso têm 1,55m de largura, com inclinação de aproximadamente 13,55%.
Bancos e Assentos Adaptados – Altura entre 45 cm e 50 cm.	Os assentos possuem altura de 45 cm.	Os assentos possuem 50cm de altura.
Áreas de Convivência – Espaço com acesso livre para cadeirantes, mesas com vão livre inferior ≥ 0,73 m.	A praça possui acessos livres, porém não tem mobiliário (mesas).	A praça possui áreas de convivência, contando somente com assentos.
Placas e Sinalização Tátil/Visual – Altura entre 1,40 m e 1,80 m. Letras com contraste adequado e inclusão de braile.	A praça possui placas de sinalização, porém sem identificação em braile.	Não possui placas de sinalização.
Área de Playground Adaptada – Brinquedos acessíveis (balanço com encosto, piso	Não possui área de playground.	A praça possui área de playground, com um balanço acessível, sendo

emborrachado). Acesso livre sem degraus.		o acesso através de rampa.
Estacionamento PCD – Mínimo 1 vaga: largura de 2,50 m + faixa lateral de 1,20 m. Próxima ao acesso principal.	As vagas possuem largura de 2,20 m e acesso lateral ao espaço público.	A praça conta com vagas de estacionamento de 2,5m, porém não há identificação de vaga para PCD e nem tampouco faixa lateral.
Piso Tátil – Direcional e de alerta, largura mínima de 0,32 m.	A praça não possui piso tátil direcional e de alerta.	A praça possui piso tátil direcional e de alerta, com medidas de 27,5x27,5cm.
Banheiros Adaptados – Porta ≥ 0,80 m. Área interna mínima: 1,50 m de diâmetro. Barras de apoio laterais.	As portas medem 0,60 m e há desnível de 10 cm na entrada. Não possui barras de apoio e há pouca iluminação.	Para o banheiro acessível, a porta mede 1,00m e diâmetro de 1,60m, com barras de apoio.
Bebedouros Acessíveis – Alturas: 0,90 m e 1,15 m. Espaço frontal livre.	A rampa de acesso não respeita a inclinação de 8,33%.	Não há bebedouros
Iluminação Adequada – Luz uniforme e sem ofuscamento.	A praça possui boa iluminação, o que facilita o uso do espaço.	Há vários pontos de iluminação distribuídos por todo o espaço da praça.
Áreas de Descanso (com sombra) – Bancos em locais sombreados (natural ou artificial) e espaço próximo para cadeirantes.	A praça possui áreas de descanso sombreadas e mobiliário de descanso.	Há um pequeno pergolado, mas não produz sombra suficiente para garantir conforto aos usuários.
Segurança e Visibilidade – Áreas livres de barreiras visuais	Há alguns obstáculos nos caminhos,	A praça apresenta boa circulação em geral, exceto nas rampas, cuja

e boa visibilidade em caminhos e acessos.	dificultando a circulação.	inclinação é superior ao limite permitido.

Fonte: Autor (2025)

4.2 Análises Praça da Matriz de Abadia de Goiás

4.2.1 Calçadas

As calçadas apresentam desníveis de aproximadamente 0,15 m em relação ao nível da via e largura de 2,20 metros, com rebaixamentos específicos para acesso às rampas. Observou-se que o piso intertravado apresenta irregularidades e desníveis, além de obstáculos, como árvores no meio do caminho, que podem comprometer a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

Figuras 19 e 20: Calçadas - Praça da Matriz de Abadia de Goiás.

Fonte: Autor (2025).

4.2.2 Mobiliário Urbano

Os mobiliários urbanos presentes na praça incluem lixeiras, bancos, bebedouro e placas de sinalização. Observa-se que não há sinalização tátil no piso para orientar ou alertar sobre a presença desses elementos na faixa de serviço, o que pode representar risco de acidentes a pessoas desavisadas.

As lixeiras possuem largura de 2 metros e altura de 1 metro, atendendo aos princípios do desenho universal. Os bancos apresentam altura entre 45 cm, dentro da faixa mínima recomendada de 45 a 50 cm pela NBR 9050/2020. As placas de sinalização não possuem identificação em braile, prejudicando a orientação de pessoas com deficiência visual. O bebedouro apresenta altura de 1,00 m e acionamento por botão, porém a rampa de acesso ao equipamento não respeita a inclinação máxima de 8,33%, limitando o uso seguro por cadeirantes e usuários com mobilidade reduzida. Dessa forma, os elementos analisados evidenciam a necessidade de adequações para atender integralmente às normas de acessibilidade.

Figuras 21, 22 e 23: Mobiliário Urbano - Praça da Matriz de Abadia de Goiás.

Fonte: Autor (2025).

Figuras 24 e 25: Bebedouro- Praça da Matriz de Abadia de Goiás.

Fonte: Autor (2025).

4.2.3 Rampas

As rampas presentes na praça não respeitam a inclinação máxima de 8,33%, apresentando, em média, 19%, o que compromete a segurança e a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Não possuem corrimãos de apoio nem piso tátil, essenciais para orientação e segurança.

Figuras 26,27, 28, 29, 30 e 31: Rampas - Praça da Matriz de Abadia de Goiás.

Fonte: Autor (2025).

4.2.4 Banheiros

Os banheiros da praça apresentam condições inadequadas de acessibilidade, uma vez que possuem portas com largura reduzida (aproximadamente 60 cm), impossibilitando a passagem segura de cadeirantes e dificultando o uso por pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, observa-se a ausência total de barras de apoio nas paredes internas, elemento essencial para garantir estabilidade, autonomia e segurança durante o uso. Outro problema identificado é a existência de um desnível de cerca de 10 cm na entrada dos sanitários, o que cria uma barreira física significativa para cadeiras de rodas, carrinhos de bebê e pessoas com limitações motoras. Essas inadequações, em conjunto, comprometem a circulação, reduzem a acessibilidade e tornam o espaço incompatível com os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050.

Figuras 32, 33 e 34: Banheiro Público - Praça da Matriz de Abadia de Goiás.

Fonte: Autor (2025).

4.2.5 Estacionamento

A praça conta com 24 vagas de estacionamento angulares, com largura de 2,20 m, inferior à largura mínima estabelecida pela NBR 9050/2020. Não há demarcação ou sinalização específica para vagas destinadas a pessoas com deficiência ou idosos. As vagas estão situadas nas laterais da praça, porém sem atender aos requisitos normativos de acessibilidade.

Figura 35 e 36: Estacionamento - Praça da Matriz de Abadia de Goiás

Fonte: Autor (2025).

4.3 Análises da Praça Otávio Pires de Edéia

4.3.1 Calçadas

As calçadas apresentam desníveis entre 0,15 a 0,22m em relação ao nível da via e largura de 2,00 a 3,00 metros, com rebaixamentos específicos para acesso às rampas. A praça está localizada em um terreno de topografia acentuada, o que exige atenção especial quanto ao deslocamento de usuários com mobilidade reduzida, especialmente aqueles que utilizam cadeira de rodas.

Figuras 37, 38 e 39: Calçadas - Praça Otávio Pires Rodoviária em Edéia.

Fonte: Autor (2025).

4.3.2 Mobiliário Urbano

Na praça possuem alguns mobiliários urbanos, como bancos, lixeiras, brinquedos, etc; mas não existe um mapa tátil que indique a localização exata desses elementos, o que pode dificultar a orientação e o deslocamento de pessoas com deficiência visual. Os assentos instalados possuem altura de 50cm referente ao nível do piso acabado, estando em conformidade com a norma. Também havia um brinquedo adaptado para cadeirantes, porém, poucos meses após a inauguração do local, o mesmo encontra-se danificado e fora de uso.

Figuras 40, 41 e 42: Mobiliário Urbano - Praça Otávio Pires Rodoviária de Edéia

Fonte: Autor (2025).

4.3.3 Rampas

No local de estudo, foram identificadas diversas rampas de acesso, com inclinações variando entre aproximadamente 13,55% e 17%, e larguras médias de 1,5 m. As rampas que ligam o espaço à via pública contam com sinalização tátil, enquanto a rampa localizada na saída do terminal rodoviário, em direção à praça, não possui esse tipo de piso. Há uma rampa que apresenta corrimãos em ambos os lados, e suas larguras variam entre 1,35 m e 1,65 m; sua primeira parte tem inclinação próxima de 10,77%, e a segunda, cerca de 6,6%.

Figuras 43, 44, 45, 46 e 47: Rampas - Praça Otávio Pires Rodoviária de Edéia

Fonte: Autor (2025).

4.3.4 Estacionamento

Para a praça e o terminal rodoviário foram identificadas 15 vagas de estacionamento com 2,5 metros de largura, atendendo parcialmente o que a norma recomenda; entretanto, não há nenhuma sinalização indicando vaga de uso exclusivo.

Figuras 48 e 49: Estacionamento - Praça Otávio Pires

Fonte: Autor (2025).

4.4 Perspectivas dos Usuários e Impacto Funcional

Foram realizadas entrevistas com usuários frequentadores dos locais de estudo, com o objetivo de compreender os impactos sociais decorrentes da falta de critérios de acessibilidade. Em relação à frequência de uso, a maioria dos entrevistados relatou visitar a Praça Otávio Pires, em Edéia, de uma a duas vezes por semana. Já a Praça da Matriz, em Abadia de Goiás, é frequentada principalmente durante eventos promovidos pela Igreja e durante a Feira, realizada às sextas-feiras e domingos, o que demonstra uma concentração maior de usuários nesses momentos específicos.

O uso regular das praças evidencia a relevância desses espaços para a convivência social e para a identidade comunitária. Assim, torna-se fundamental que tais ambientes recebam maior atenção por parte das entidades responsáveis, visando aprimorar o conforto, a acessibilidade e a qualidade de uso para toda a população.

4.4.1 Praça da Matriz

As entrevistas realizadas com os usuários da praça reforçaram os problemas previamente identificados na avaliação técnica, evidenciando que as condições atuais ainda estão aquém do necessário para garantir acessibilidade e conforto no uso dos equipamentos urbanos. Quando questionados sobre esses aspectos, os entrevistados apontaram as falhas que comprometem a utilização adequada do espaço.

Em relação às rampas de acesso, usuários com mobilidade reduzida relataram que a inclinação acentuada dificulta significativamente o deslocamento, tornando algumas rampas praticamente inutilizáveis. Além disso, a presença de veículos estacionados de forma irregular obstrui completamente o acesso em determinados pontos, agravando ainda mais a situação. A ausência de piso tátil também foi mencionada como um fator crítico, pois aumenta o risco de acidentes e prejudica a orientação de pessoas com deficiência visual.

Os banheiros públicos foram outro ponto de destaque nas entrevistas. Usuários afirmaram que o acesso é praticamente inviável para cadeirantes, devido à existência de um desnível de aproximadamente 10 cm na entrada, à largura insuficiente das portas (0,60 m) e à falta de barras de apoio, elementos essenciais para garantir autonomia e segurança.

De modo geral, os relatos coletados confirmam que a praça não oferece condições adequadas de uso para pessoas com deficiência. As percepções dos entrevistados reforçam a hipótese inicial do estudo: apesar de existirem melhorias pontuais, o espaço público analisado ainda não atende plenamente às normas de acessibilidade nem às necessidades reais da comunidade.

4.4.2 Praça Otávio Pires

Durante a realização das entrevistas com os frequentadores da praça, notou-seque a maioria dos usuários eram crianças e adolescentes, evidenciando que o espaço é amplamente utilizado por esse público. Durante a pesquisa de campo, não foi identificado nenhum usuário de cadeira de rodas ou pessoa com mobilidade reduzida utilizando dispositivos auxiliares, como andadores ou muletas. Essa ausência pode estar relacionada tanto ao horário da visita quanto às próprias condições de acessibilidade do local.

Quando questionados sobre o tema acessibilidade, a maioria dos entrevistados demonstrou pouco conhecimento técnico sobre o assunto, limitando-se, em grande parte, às experiências práticas de uso dos equipamentos e das estruturas disponíveis na praça. Ainda

assim, alguns relatos foram significativos para identificar limitações existentes no espaço. Entre os apontamentos mais recorrentes, destacou-se a percepção de que algumas rampas apresentam inclinação elevada, o que gera esforço adicional e desconforto ao utilizá-las. Além disso, foram mencionados degraus com alturas consideradas acima do ideal, dificultando a circulação e potencialmente representando risco para pessoas com menor mobilidade, crianças pequenas e idosos.

5. CONCLUSÃO

A partir deste estudo, constatou-se que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ainda não vem sendo plenamente cumprida nos municípios analisados e que os princípios do Desenho Universal continuam sendo frequentemente negligenciados pelo poder público. As desconformidades identificadas refletem uma realidade comum em diversas cidades do interior do estado, onde falhas significativas no atendimento às normas de acessibilidade ainda persistem. Essas inadequações acabam por restringir pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de um direito fundamental: o direito de ir e vir.

A análise técnica, embasada na NBR 9050/2020, demonstrou que ambas as praças apresentam rampas fora do padrão, inclinações acentuadas, ausência de corrimãos, variações inadequadas de pisos, falta de sinalização tátil e obstáculos que comprometem a segurança e a autonomia dos usuários. Também foi identificada a ausência de elementos essenciais, como banheiros adaptados e mobiliário urbano acessível, reforçando a necessidade de requalificação desses espaços públicos.

Diante disso, foram elaboradas propostas de melhorias para cada local estudado, conforme descrito a seguir:

- **Propostas de melhorias – Praça Otávio Pires (Edéia/GO):**

  Reforma das rampas de acesso, garantindo inclinação máxima de 8,33% e instalação de corrimãos em ambos os lados;

  Implantação de piso tátil direcional e de alerta em rotas acessíveis;

  Recuperação do playground, com brinquedos adaptados e instalação de piso emborrachado;

  Implementação de um mapa tátil;

  Demarcação de vagas acessíveis com faixa lateral de 1,20 m;

  Criação de áreas de descanso sombreadas, com bancos entre 45 e 50 cm de altura e espaço lateral reservado para cadeirantes.

- **Propostas de melhorias – Praça da Matriz (Abadia de Goiás/GO):**

  Reforma das rampas de acesso, garantindo inclinação máxima de 8,33%;

  Implantação de piso tátil direcional e de alerta nas rotas acessíveis;

  Adequação dos banheiros para atendimento às normas de acessibilidade;

  Implementação de um mapa tátil;

  Demarcação de vagas acessíveis no estacionamento, com faixa lateral de 1,20 m.

Para embasar essas propostas, foram elaborados projetos técnicos de intervenção utilizando a ferramenta AutoCAD, com o objetivo de corrigir as inadequações identificadas e garantir acesso igualitário a toda a população. O Apêndice A apresenta o roteiro de entrevista; o Apêndice B reúne as fotos realizadas com os usuários; o Apêndice C apresenta os projetos de intervenção com as propostas de melhorias; e o Anexo A contém os ofícios encaminhados às Prefeituras Municipais de Edéia e Abadia de Goiás/GO.

Conclui-se, portanto, que a verdadeira inclusão só será alcançada quando o Desenho Universal for adotado como princípio norteador do planejamento urbano, garantindo que a acessibilidade deixe de ser um diferencial e se torne um requisito essencial para o desenvolvimento humano, social e urbano.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/nbr-9050-2015-abnt-acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-e-equipamentos-urbanos/. Acesso em: 23 mar. 2025.

ALMEIDA, Renata Rodrigues de; et al. Acessibilidade para deficientes físicos nas principais praças de Ijuí-RS. In: **SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 26., 2019. Anais [...]. 2019. Disponível em: https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/10057/8716. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 5º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em:7 mar. 2025.

CÍCERO, Mateus Leandro de Macêdo; LEMOS, Beatriz Cavalcante de Carvalho. Acessibilidade em praça pública: análise da reurbanização da margem do rio Salgado em Lavras da Mangabeira-CE. 2022. Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/acessibilidade-em-praca-publica-analise-da-reurbanizacao-da-margem-do-rio-salgado-em-lavras-da-mangabeira-ce. Acesso em: 22 mar. 2025.

DE JESUS, Everaldo Antônio. Reflexões sobre a realidade carcerária brasileira: o estado atual dos presídios brasileiros. *Revista OWL (OWL Journal)* - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, v. 1, n. 2, p. 350–362, jul./set. 2023. Disponível em: https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/60. Acesso em: 23 mar. 2025.

FONTES, Adriana Sansão; et al. Urbanismo Táctico como pruebadelespacio público: el caso de lassupermanzanas de Barcelona. *EURE*, v. 45, n. 136, p. 209-232, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/196/19660434010/html/. Acesso em: 22 mar. 2025.

GOVERNO DO BRASIL. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-

br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 fev. 2025.

GOVERNO DO CEARÁ. Secretaria de Infraestrutura. Guia de Acessibilidade Urbana do Ceará. Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2010. Disponível em: https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/02/01%20-%20GUIA_DE_ACESSIBILIDADE_CEARA.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

GUERRA, Ana Letícia de Oliveira. Análise das condições de acessibilidade nos bairros Residencial Nova Ituiutaba I, II, III e IV de Ituiutaba-MG: uma contribuição para a discussão sobre o direito à cidade. UFU, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43818. Acesso em: 22 mar. 2025.

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. de C. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. *PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, SP, v. 12, p. e021016, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20396/parc.v12i00.8660648. Acesso em: 22 mar. 2025.

PEREIRA, L. et al. Mobilidade e Acessibilidade Urbana: um olhar para Sustentabilidade/Qualidade Ambiental. Universidade Federal de Santa Maria, Pós-Graduação em Geografia, 2016. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/pereira_pennaesouza.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

PREFEITURA DE MACAPÁ. Nova Floriano: Prefeitura garante direito à acessibilidade de pessoas com deficiência. Macapá, 2023. Disponível em: https://macapa.ap.gov.br/nova-floriano-prefeitura-garante-direito-a-acessibilidade-de-pessoas-com-deficiencia/. Acesso em: 9 mar. 2025.

PREFEITURA DE MORRINHOS. Brinquedos de acessibilidade no parque infantil do Lago Municipal. Morrinhos, 2023. Disponível em: https://morrinhos.go.gov.br/brinquedos-de-acessibilidade-no-parque-infantil-do-lago-municipal/. Acesso em: 23 mar. 2025.

QUEIROZ, Lilian Quelle Santos de. Desenho universal e acessibilidade arquitetônica: conceituações, distinções e aproximações. *Revista Geometria Gráfica*, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/geometriagrafica/article/view/260611. Acesso em: 12 mar. 2025.

SANCHES, Suéllen Conceição de Oliveira da Silva. Desenho universal e acessibilidade como foco para espaços públicos inclusivos. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura da Paisagem) – Universidade Federal Rural da

Amazônia, Capanema, 2024. Disponível em: https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3815/1/Desenho%20universal%20e%20acessibilidade%20como%20foco%20para%20espa%C3%A7os%20p%C3%BAblicos%20inclusivos.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

SÁNCHEZ, R. et al. Acessibilidade em Espaços Públicos: Desafios e Soluções. *Revista Valore*, 2022. Disponível em: https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/681/911. Acesso em: 7 mar. 2025.

SILVA, Gabriel Moraes da; et al. Avaliação pós-ocupacional (APO) de espaços livres públicos: um estudo de caso da Praça Floriano Peixoto em Imperatriz/MA. *Revista REASE*, v. 7, n. 3, p. 45-60, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7260/2837. Acesso em: 22 mar. 2025.

SOUZA, Alexei. Design universal e design inclusivo: transformações para uma nova aplicação. UEMG, 2019. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/view/5396. Acesso em: 22 mar. 2025.

SPIRN, Anne Whiston. De Largo a Jardim: Praças Públicas no Brasil. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/967/897. Acesso em: 11 mar. 2025.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Com que frequência você visita esta praça?
2. Quais atividades você costuma realizar aqui?
3. Você considera a praça confortável e segura? Por quê?
4. O que você mais gosta aqui?
5. Você acha fácil circular pela praça? Há algum obstáculo que atrapalha?
6. As calçadas, rampas e caminhos atendem bem pessoas com mobilidade reduzida?
7. Você sente falta de algum tipo de sinalização, como placas informativas ou mapa tátil?
8. Que melhorias você acha que deveriam ser feitas?

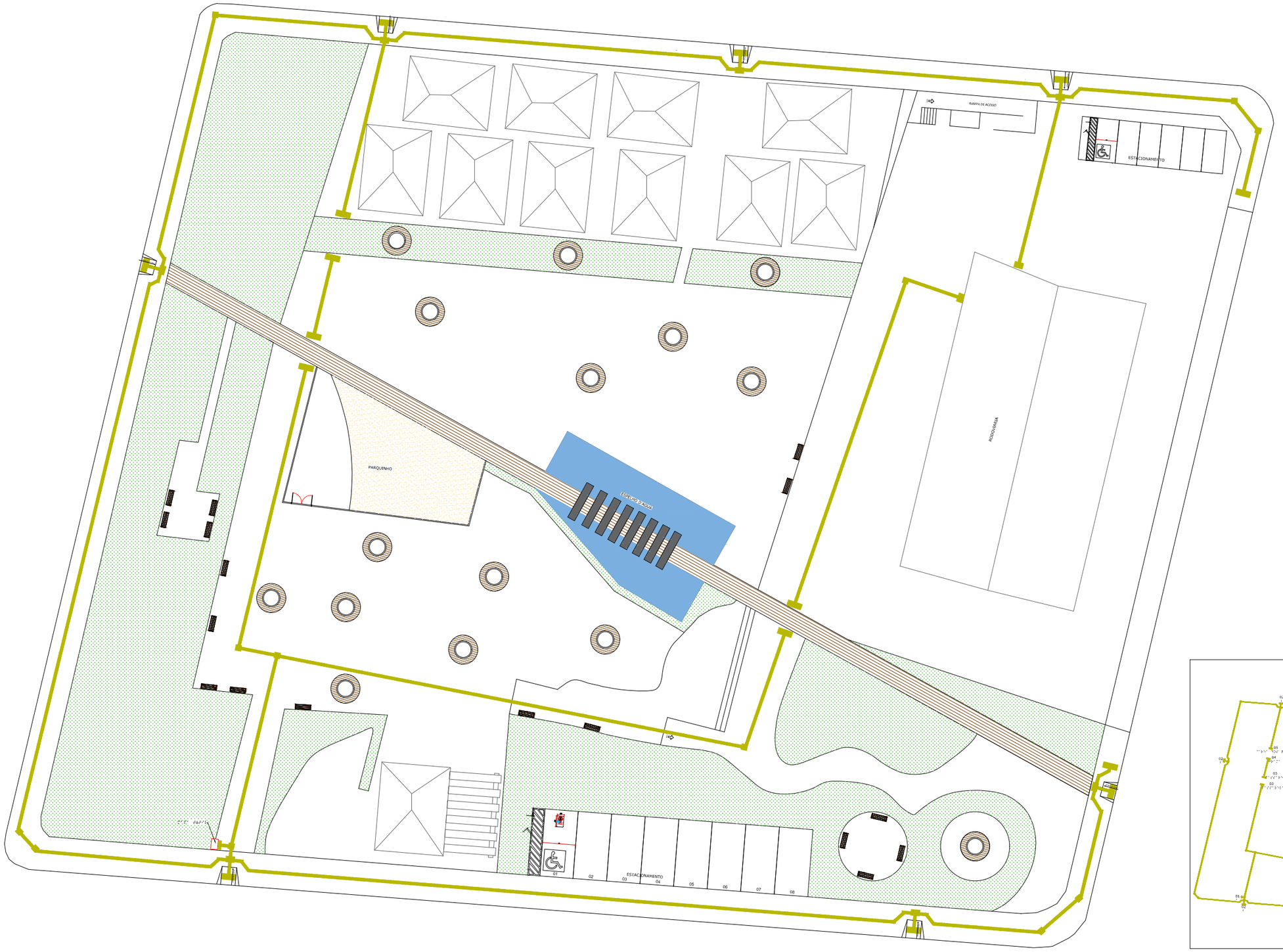
APÊNDICE B – FOTOS DAS ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS

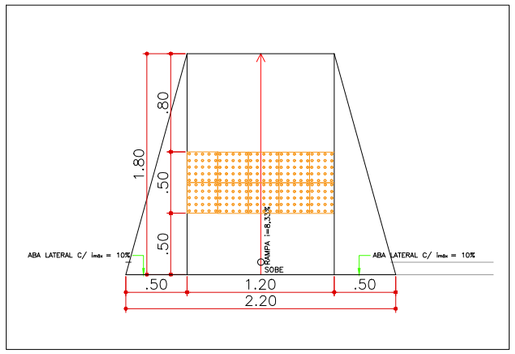
Figuras 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 58: Fotos com os usuários entrevistados

Fonte: Autor (2025)

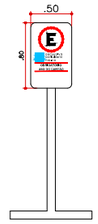
APÊNDICE C – PLANTAS BAIXA DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

A seguir, apresentam-se as plantas baixas da intervenção proposta, plotadas no formato A3, conforme o projeto arquitetônico elaborado para este estudo.



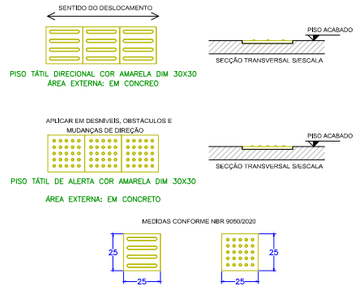


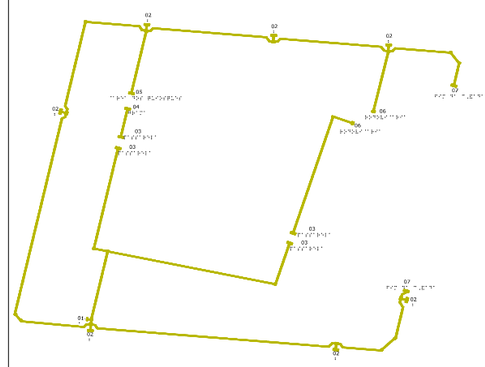
DETALHE RAMPA ACESSÍVEL
ESC. 1:50



DETALHE PLACA DE SINALIZAÇÃO
ESC. 1:75

PISO TÁTIL - ÁREAS EXTERNAS

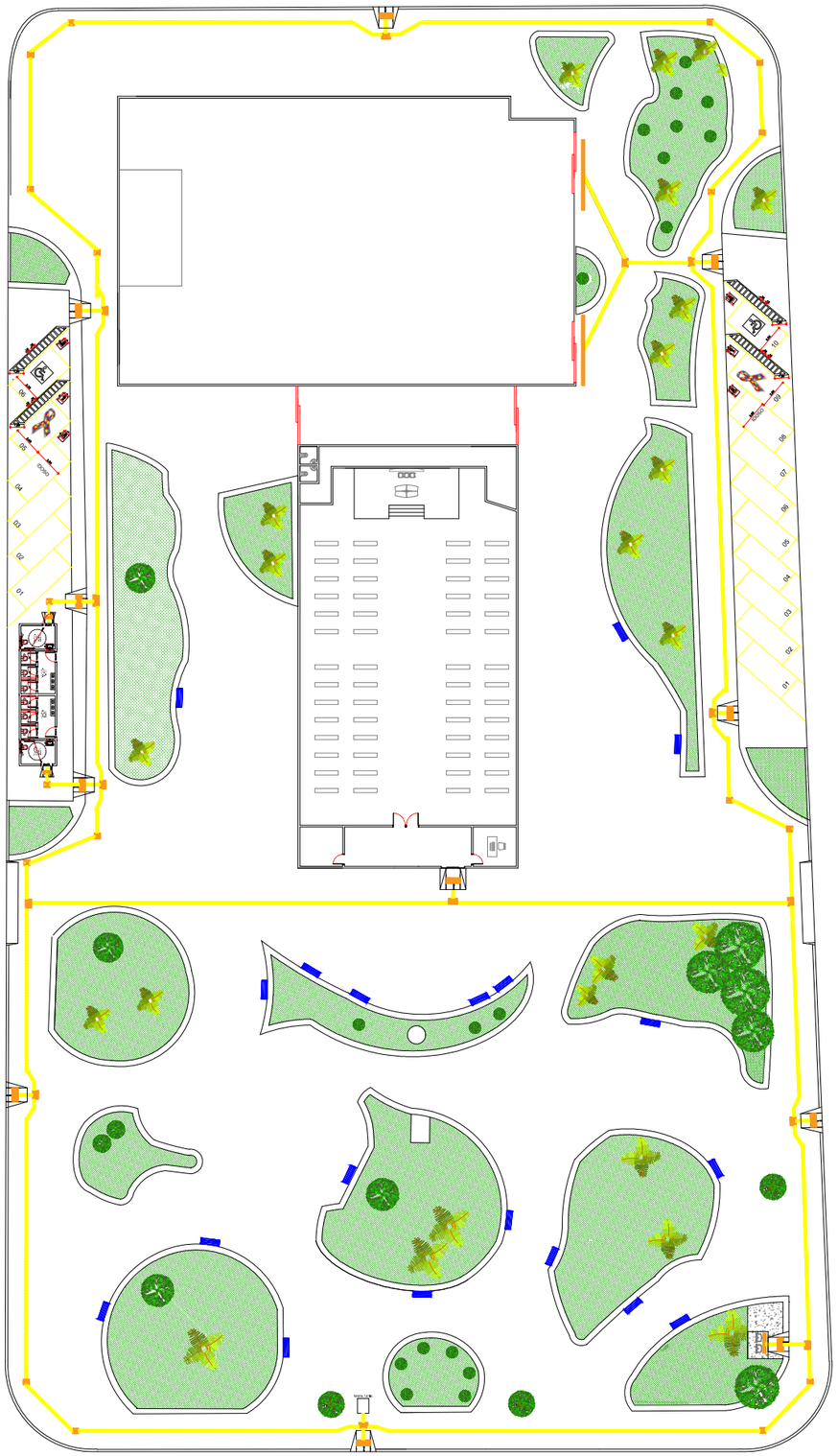




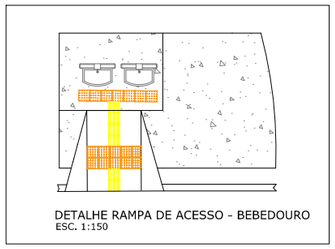
01 VOCÊ ESTÁ AQUI
02 RAMPA DE ACESSO
03 PASSARELA
04 GRAMA
05 ÁREA DOS QUIOSQUES
06 RODOVIÁRIA
07 FIM DA CALÇADA

DETALHE MAPA TÁTIL
SEM ESCALA

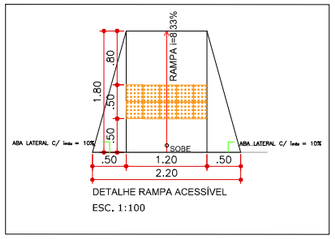
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS			
CURSO: ENGENHARIA CIVIL		ORIENTADOR: CIDICLEY SANTANA	
ALUNAS: JESSICA DA SILVA LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA		DATA: 15/11/2025	PRANCHA: 1/1
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ASSUNTO: CROQUI DA PRAÇA OTÁVIO PIRES	ESCALA: SEM ESCALA	



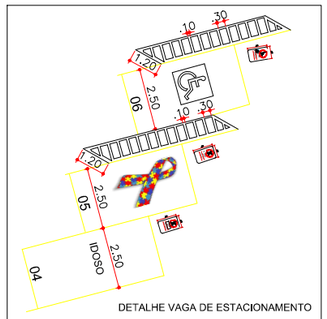
PLANTA BAIXA
ESC. 1:550



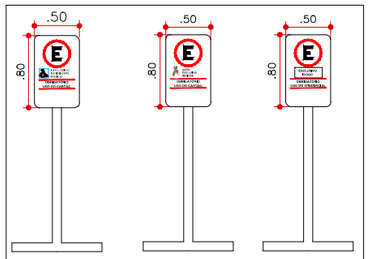
DETALHE RAMPA DE ACESSO - BEBEDOURO
ESC. 1:150



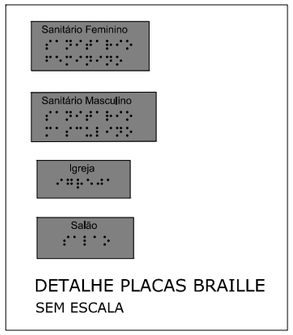
DETALHE RAMPA ACESSÍVEL
ESC. 1:100



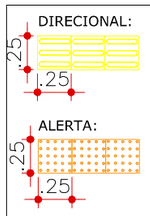
DETALHE VAGA DE ESTACIONAMENTO
PCD, IDOSO E TEA
ESC. 1:300



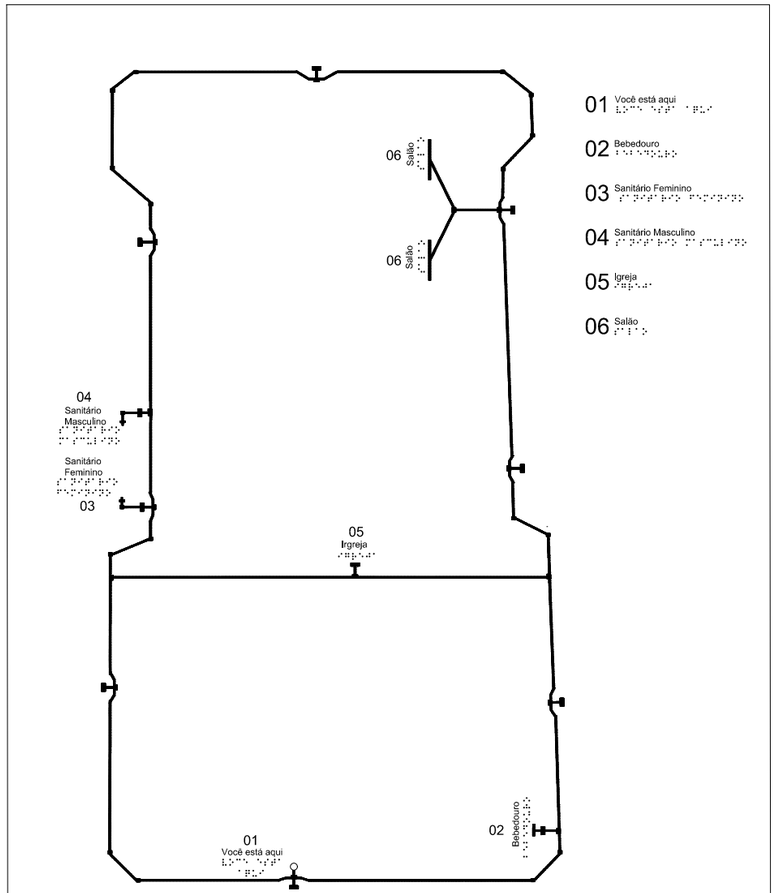
DETALHE PLACA DE SINALIZAÇÃO
VAGA DE ESTACIONAMENTO PCD, IDOSO E TEA
ESC. 1:75



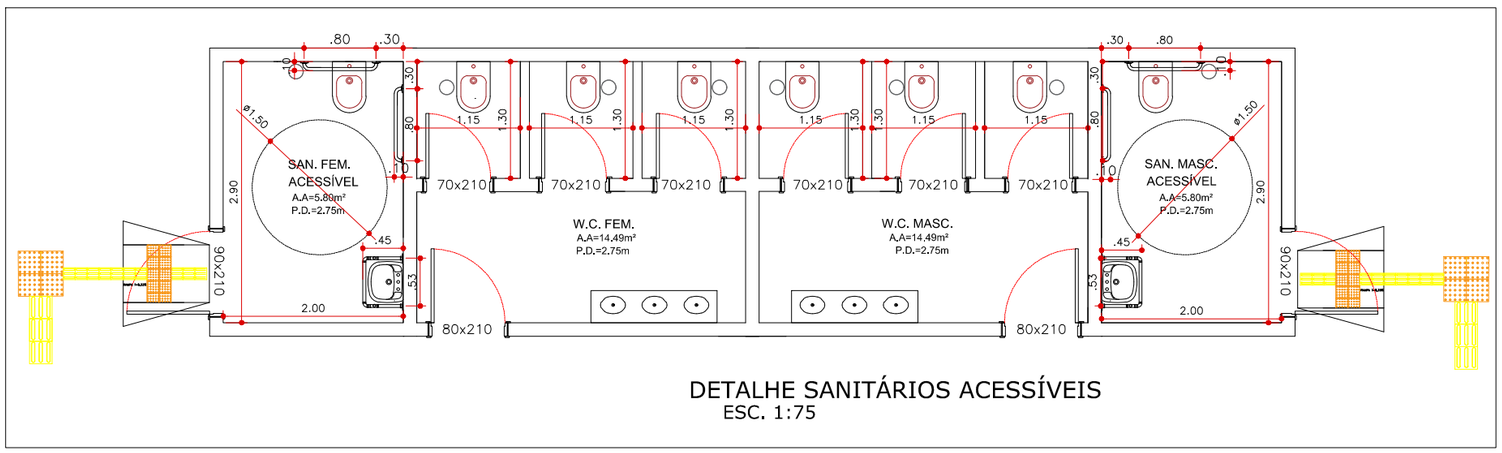
DETALHE PLACAS BRAILLE
SEM ESCALA



DETALHE PISO TÁTIL
ESC. 1:50



DETALHE MAPA TÁTIL
ESC. 1/1000



DETALHE SANITÁRIOS ACESSÍVEIS
ESC. 1:75

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS			
CURSO: ENGENHARIA CIVIL		ORIENTADOR: CIDICLEY SANTANA	
ALUNAS: JESSICA DA SILVA LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA		DATA: 15/11/2025	PRANCHA: 1/1
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ASSUNTO: CROQUI DA PRAÇA OTÁVIO PIRES	ESCALA: SEM ESCALA	

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DE GOIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DE GOIAS

Nº do Processo	34619/2025		TRAMITAÇÃO	ORDINÁRIA	
Interessado	133741 - LAURA CRISTINA SILVA NOGUEIRA				
CPF/CNPJ	083.255.301-89	Autuação 26/11/2025 14:57		Previsão	
Atuado por	IZABELLA BARBOSA LOPES				
Assunto	OFICIO			NÚMERO ASSUNTO	491/2025
Descrição	ASSUNTO: PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS DE ACESSIBILIDADE NA PRAÇA DA MATRIZ DE ABADIA DE GOIÁS.				
Destino	DIRETORIA TÈCNICA DE ENGENHARIA				
Documento	OFICIO Nº 01/2025				
Ambiente	Interno				
Tipo	Outros	Valor: 0,00		Dt. Doc.:	

Ofício nº 01/2025

Abadia de Goiás, 20 de Novembro de 2025.

À
Prefeitura Municipal de Abadia de Goiás
Secretaria de Obras e Infraestrutura

Assunto: Proposição de melhorias de acessibilidade na Praça da Matriz de Abadia de Goiás

Prezado(a) Senhor(a),

Vimos, por meio deste, apresentar à Prefeitura Municipal de Abadia de Goiás os resultados obtidos no estudo técnico desenvolvido no âmbito do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS, sob orientação do Prof. Cidicley Santana, intitulado "Acessibilidade em Espaços Públicos: Estudo de Caso de Duas Praças no Interior de Goiás".

O referido estudo teve como objetivo avaliar se a Praça da Matriz atende aos critérios de acessibilidade previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na ABNT NBR 9050:2020, identificando não conformidades e apontando melhorias necessárias para garantir mobilidade, segurança e inclusão.

Durante as medições e observações realizadas em campo, foram constatadas as seguintes inconformidades técnicas:

- Rampas com inclinação média de 19%, acima do limite permitido de 8,33%;
- Ausência de piso tátil nas rampas e áreas de circulação;
- Falta de sinalização adequada para pessoas com deficiência visual;
- Ausência de vagas demarcadas para pessoas com deficiência e idosos no estacionamento;
- Inexistência de banheiros acessíveis.

Com base nesse diagnóstico, recomenda-se à Prefeitura Municipal a adoção das seguintes medidas de readequação:

1. Reforma das rampas de acesso, garantindo inclinação máxima de 8,33%;
2. Implantação de piso tátil direcional e de alerta nas rotas acessíveis;
3. Adequação dos banheiros para atendimento às normas de acessibilidade;
4. Implementação de um mapa tátil na praça;
5. Demarcação de vagas acessíveis no estacionamento e instalação de faixa lateral de 1,20 m.

A adoção dessas medidas contribuirá para tornar a Praça da Matriz um ambiente verdadeiramente inclusivo, promovendo bem-estar, segurança e autonomia para todos os cidadãos.

Colocamo-nos à disposição para apresentar o conteúdo técnico completo do estudo e colaborar com a aplicação das recomendações propostas.

Atenciosamente,

Laura Cristina Silva Nogueira e Jéssica da Silva Costa
Acadêmicas do Curso de Engenharia Civil
Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS
E-mail: lauracristinasilvanogueira@gmail.com | Telefone: (62) 98339-1903

RECEBEMOS
28 / 11 / 2025

Welyda Carvalho

Welyda Beatriz de Sousa Carvalho
Arquiteta e Urbanista - CAU A 259798-5
Prefeitura Abadia de Goiás-GO

Edéia – GO, 17 de novembro de 2025

Ofício N° 01/2025

À
Prefeitura Municipal de Edéia
Secretaria de Obras e Planejamento Urbano

Assunto: Proposição de melhorias de acessibilidade na Praça Otávio Pires

Prezados(as) Senhores(as),

Vimos, por meio deste, apresentar à Prefeitura Municipal de Edéia os resultados obtidos no estudo técnico desenvolvido no âmbito do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS, sob orientação do Prof. Cidicley Santana, intitulado "Acessibilidade em Espaços Públicos: Estudo de Caso de Duas Praças no Interior de Goiás".

A análise teve como objetivo verificar se a Praça Otávio Pires atende aos critérios de acessibilidade previstos na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na ABNT NBR 9050:2020, identificando elementos que necessitam de adequações para garantir mobilidade e inclusão.

Durante as medições e observações realizadas em campo, foram constatadas as seguintes inconformidades técnicas:

- Rampas com inclinação média de 13,55% a 17%, superiores ao limite permitido de 8,33%;
- Ausência de piso tátil em algumas rampas e áreas de circulação;
- Brinquedo acessível danificado e área de playground sem manutenção;
- Falta de sinalização adequada para pessoas com deficiência visual;
- Ausência de vagas demarcadas para pessoas com deficiência e idosos no estacionamento;
- Carência de áreas sombreadas com mobiliário acessível para descanso.

Com base nesse diagnóstico, recomenda-se à Prefeitura Municipal a adoção das seguintes medidas de readequação:

1. Reforma das rampas de acesso, garantindo inclinação máxima de 8,33% e corrimãos em ambos os lados;
2. Implantação de piso tátil direcional e de alerta em rotas acessíveis;
3. Recuperação do playground, com brinquedos adaptados e piso emborrachado;

4. Implementação de um mapa tátil;
5. Demarcação de vagas acessíveis e instalação de faixa lateral de 1,20 m;
6. Criação de áreas de descanso sombreadas, com bancos entre 45 e 50 cm de altura e espaço lateral para cadeirantes.

Essas medidas contribuirão para que a Praça Otávio Pires se torne um ambiente verdadeiramente inclusivo, promovendo bem-estar, segurança e autonomia para todos os cidadãos.

Colocamo-nos à disposição para apresentar o conteúdo técnico completo do estudo e auxiliar na aplicação das recomendações.

Atenciosamente,

Jéssica da Silva Costa e Laura Cristina Silva Nogueira
Acadêmicas do Curso de Engenharia Civil
Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS
E-mail: jessicapnn12@gmail.com | Telefone: (64)999740187